



33882118



08129.011158/2025-37



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios Bl. T, Anexo II, 2º andar, - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-7201 / 7203 - www.gov.br/mj/pt-br

Acordo de Cooperação Técnica Nº 9/2025/CGP-SENAD/DPRS/SENAD

Processo Nº 08129.011158/2025-37

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS E O MUNICÍPIO DE RECIFE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A UNIÃO, por intermédio da **SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS**, órgão da Administração Pública Federal, que compõe a estrutura do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.645.310/0001-99, com sede em Brasília/DF, doravante denominada SENAD, neste ato representada pela Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, **MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS MACHADO**, brasileira, domiciliada em Brasília/DF, portadora do CPF nº 273.061.158-47, nomeada pela Portaria nº 303 da Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União nº 6-B, Edição Extra, Seção 2, página 1, de 09 de janeiro de 2023, com base no que dispõe a Portaria SE/MJSP Nº 1.411 da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 25 de novembro de 2021, e o **MUNICÍPIO DE RECIFE**, por meio da **Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome**, com sede em Recife/PE, inscrita no CNPJ nº 08.642.138/0001-04, neste ato representado pela Secretária **PÂMELA MIRELA DO NASCIMENTO ALVES JIMENEZ**, portadora do registro geral nº 7.142.802 SDS-PE e CPF nº 073.770.994-45, residente e domiciliada na cidade de Recife/PE.

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta do Processo n. 08129.011158/2025-37 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021,

do Decreto nº 11.531 de 16 de maio de 2023; da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 8 de maio de 2025, Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 e demais normas jurídicas correlatas, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a execução da implementação das metodologias de prevenção do uso de drogas para o ambiente familiar e escolar, a saber, Famílias Fortes, #Tamojunto e Elos – Construindo Coletivos, da implementação da metodologia Comunidades que Cuidam (CQC), sistema comunitário de prevenção baseado em evidências, que articula lideranças locais, elabora diagnósticos participativos sobre fatores de risco e proteção, e apoia a construção de planos de ação preventivos integrando programas já validados, como Elos, #Tamojunto e Famílias Fortes, bem como da implementação do piloto da iniciativa PIPA - Territórios Preventivos (como está denominada no Brasil a CH.AM.P.S. – Children Amplified Prevention Services, a iniciativa global do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime), além de ofertar formações para profissionais que atuam em Recife no campo da Prevenção.

A partir do presente acordo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da SENAD e o Município de Recife, por meio da Secretaria da Assistência Social e Combate à Fome, conjugarão esforços para implementação das citadas metodologias de prevenção baseadas em evidências disponibilizadas pela SENAD, implementação do piloto da iniciativa PIPA – Territórios Preventivos e a oferta de formações para profissionais que atuam em prevenção no Município de Recife, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.

Os esforços também se somarão em torno da definição de agentes locais para formação, implementação, articulação, apoio técnico local e monitoramento da fidelidade das ações acordadas, bem como a identificação de perfis profissionais para as capacitações em prevenção em Recife.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- g) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- h) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;

- i) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- j) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- k) observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e
- l) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula primeira. Para viabilizar o objeto deste instrumento é de responsabilidade da SENAD e do Município de Recife, por meio da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome, estabelecer conjuntamente as diretrizes de implementação das metodologias de prevenção, do CQC e do piloto da PIPA - Territórios Preventivos no território de Ibura com estabelecimento de prioridades, cronograma, parceiros e articulações necessárias.

Subcláusula segunda. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SENAD

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da SENAD:

- I. Fornecer estrutura metodológica para implementação das metodologias de prevenção, como impressão e envio de materiais das metodologias (Elos – Construindo Coletivos, #Tamojunto e Famílias Fortes), formação de gestores, formadores, apoiadores, implementadores e referências técnicas que garantam a integridade das metodologias implementadas.
- II. Viabilizar por meio da parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime a assistência especializada na implementação do piloto da iniciativa PIPA - Territórios Preventivos, através da aplicação da metodologia REPS (Review of Prevention Systems) para diagnóstico de sistema territorial no Ibura e oferta de treinamentos e capacitações especializadas aos profissionais de Recife-PE, como também a viabilização de intercâmbios com outros municípios brasileiros piloto do PIPA - Territórios Preventivos e/ou outros países que aderiram ao CH.AM.P.S..
- III. Fornecer a estrutura metodológica necessária para a implementação do CQC – Comunidades que Cuidam, incluindo apoio técnico à formação das coalizões locais e demais etapas conduzidas pela Universidade responsável pela implementação, adaptação e avaliação do CQC no território.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE RECIFE

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do Município de Recife, por meio da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome:

- I. Divulgar, articular e monitorar a iniciativa junto à Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e outras instituições, para implementação das metodologias de prevenção e do piloto da iniciativa PIPA - Territórios Preventivos segundo critérios e diretrizes estabelecidos em conjunto com a SENAD.
- II. Fornecer estrutura física para implementação das metodologias de prevenção e ações no âmbito da iniciativa PIPA - Territórios Preventivos, como salas para as formações e, se necessário, local para armazenamento provisório dos materiais; providenciar os materiais de papelaria e apoio necessários à implementação das metodologias.
- III. Disponibilizar lanche às famílias participantes da Metodologia Famílias em todos os encontros,

durante o período de implementação;

IV. Garantir a liberação dos profissionais indicados pela Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome para participação nos eventos de formação e supervisão no decorrer da implementação das metodologias e do piloto PIPA - Territórios Preventivos;

V. Disponibilizar à SENAD e ao UNODC dados de formação, implementação, alcance e demais indicadores locais relativos à oferta das metodologias e a implementação do PIPA - Territórios Preventivos e cursos de prevenção objetos do presente acordo;

VI. Disponibilizar à SENAD e ao UNODC dados sobre as intervenções preventivas ofertadas no território de Ibura e no âmbito do Município de Recife-PE, como também sobre o sistema de prevenção, conforme requerido nos formulários da metodologia REPS;

VII. Apoiar a identificação de instituições do setor público, privado, sociedade civil, organizações comunitárias e instituições acadêmicas que atuam na prevenção do uso de álcool e outras drogas no território de Ibura para constituição do Comitê Territorial Local;

VIII. Mobilizar os profissionais indicados pela Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome para participação nos eventos de formação, validação de relatórios e outras oficinas técnicas relacionadas com a implementação do piloto do PIPA - Territórios Preventivos;

IX. Contribuir ativamente para o desenvolvimento, articulação, implementação e monitoramento das metodologias de prevenção e planos de ação do PIPA - Territórios Preventivos com base nos resultados do diagnóstico REPS;

X. Cooperar com a realização dos intercâmbios de experiências a respeito de boas práticas e práticas promissoras identificadas por meio do REPS tanto no nível nacional (entre os municípios piloto do PIPA - Territórios Preventivos), como no nível internacional (cooperação Sul-Sul);

XI. Garantir apoio institucional à implementação da metodologia Comunidades que Cuidam (CQC) nos territórios selecionados, assegurando a articulação entre as Secretarias Municipais envolvidas, escolas, unidades de assistência social e demais equipamentos públicos locais;

XII. Assegurar o alinhamento do cronograma de execução do CQC com as ações previstas pelo Programa CRIA e com os planos de trabalho dos próprios territórios, de forma a evitar sobreposição de atividades e garantir a complementaridade entre as iniciativas;

XIII. Disponibilizar condições de apoio logístico e técnico para o funcionamento das coalizões comunitárias do CQC, incluindo espaços para reuniões, acesso a dados locais e mobilização de lideranças, de modo a favorecer a integração dos diagnósticos comunitários com as políticas já em curso no território;

XIV. Promover a institucionalização dos resultados do CQC, de forma que os planos de ação comunitários elaborados no âmbito da pesquisa possam dialogar com as estratégias municipais permanentes de prevenção e fortalecimento de vínculos sociais.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura do presente Acordo, cada partícipe designará formalmente o responsável titular e respectivo suplente, preferencialmente servidores públicos, para acompanhar a execução e o cumprimento do objeto do Acordo de Cooperação Técnica.

Subcláusula primeira. Competirá aos responsáveis a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 20 (vinte) dias

da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Subcláusula primeira. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

Subcláusula segunda. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPIES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

Subcláusula única. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ENCERRAMENTO

O presente acordo de cooperação técnica será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Acordo de Cooperação Técnica fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD) no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula única. Os partícipes deverão publicar o inteiro teor deste Acordo de Cooperação Técnica na página de seus respectivos sítios oficiais na internet, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AFERIÇÃO DOS RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 12 (doze) meses após o encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por consentimento, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília, na data da assinatura.

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS MACHADO

Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

PÂMELA MIRELA DO NASCIMENTO ALVES JIMENEZ

Secretária de Assistência Social e Combate à Fome



Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 05/12/2025, às 14:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pâmela Mirela do Nascimento Alves Jimenez, Usuário Externo**, em 11/12/2025, às 18:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33882118** e o código CRC **9234878A**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08129.011158/2025-37

SEI nº 33882118